

Modos de vida

Novos percursos e novos conceitos

Isabel Guerra*

Resumo: A re-emergência do tema modos de vida recuperando um conceito tradicional na sociologia urbana (e não só) está longe de colocar os mesmos problemas do conceito inicial de Wirth. A sua abrangência, e os questionamentos que encerra são, em si, o maior factor de indefinição desta noção que se tornou um "leitmotiv" sem conteúdo preciso. No entanto, este conceito, ainda hoje confuso, permite interrogar os pressupostos mais essenciais da teoria sociológica. A proposta das análises dos "modos de vida" ao trazer à superfície as velhas questões da teoria sociológica pretende reconciliar, pelo menos, três níveis analíticos ainda pouco articulados: o sistema e os actores, a História e o quotidiano, e o objectivo e o subjectivo na percepção do real. Mas, a utilização deste quadro de referências exige, ainda, a exploração de novas dimensões de análise outrora secundarizadas pela sociologia. A identificação da triologia tradicional da sociologia: "práticas", "estruturas" e "representações" acrescentam-se novas dimensões como o "imaginário social", dimensão prospectiva e de ruptura com o real. Este novo percurso vai exigir a elaboração (ou re-elaboração) de novos conceitos, a maioria "transversais", que se situam na encruzilhada de diversas ciências — o conceito de identidade e de projecto, por exemplo.

1. Modos de vida : uma noção sem conteúdo preciso

A re-emergência do tema modos de vida, se recupera um conceito tradicional na sociologia urbana (e não só¹) está longe de colocar os mesmos problemas do conceito inicial de Wirth.

A sua abrangência e os questionamentos que encerra são, em si, o maior factor de indefinição desta noção. *"A partir da interrogação sobre os modos de vida podemos "encontrar" toda a sociologia (ou quase), sem contar com uma boa parte da antropologia e da psicologia social (e talvez mesmo da demografia ou da geografia humana)"*².

Questionando os fundamentos da sociologia, o conceito de modos de vida tornou-se um "leitmotiv" sem conteúdo preciso. *"O "modo de vida" é, em larga medida, uma noção trivial que banaliza todo o pensamento, mesmo o mais rigoroso, já que não exige nenhuma clarificação"* (Juan, 1991, p. 13). Na tentativa de encontrar definições mais precisas, utiliza-se hoje os conceitos de "modo de

* Docente do Departamento de Sociologia do ISCTE, investigadora no CIES e no CET

vida", "estilos de vida", "géneros de vida/genres de vie" atribuindo-lhes conteúdos, por vezes, de referências contraditórias.

Diga-se de passagem, que este não é um fenómeno novo em sociologia. Como lembra Lacascade (1981) o conceito de "modos de vida" tal como outros conceitos sociológicos (o de classes por exemplo), pode ser suporte, quer de um discurso ideológico, quer de um discurso científico, necessitando de uma definição clara e sem ambiguidades.

Para Juan (1991) o uso do conceito "modos de vida" para qualquer pesquisa empírica confronta-se desde logo com dois obstáculos que é útil distinguir sobre o plano analítico: um obstáculo lógico e um obstáculo sociológico. O primeiro diz respeito à classificação das práticas; unificam-se os conjuntos de práticas pelos indivíduos ou unificam-se os indivíduos por um conjunto de práticas? O obstáculo sociológico remete para a relação entre as práticas e a posição social: os níveis de recursos criando oportunidades de certas práticas sociais geram estatutos sociais que são portadores de lógicas culturais especificadas potencialmente classificadas como "lógicas de classe"?

2. Novas dimensões e novas articulações

A proposta das análises dos "modos de vida" ao trazer à superfície as velhas questões da teoria sociológica pretende reconciliar, pelo menos, três níveis analíticos até aí pouco articulados: o sistema e os actores, a História e o quotidiano, o objectivo e o subjectivo na percepção do real.

2.1. A "descoincidência articulada" entre o actor e o sistema

Uma das principais tensões da sociologia, particularmente presente no confronto entre a sociologia espacial (ecológica e "estrutural") e a sociologia da cidade (de cariz "culturalista"), é a que opõe as capacidades individuais aos determinismos sociais. Os autores desenvolvem os seus modelos teóricos e empíricos, quer valorizando as práticas e racionalidades individuais, quer valorizando o "peso das estruturas" na determinação das condições individuais e nos "habitus" que elas produzem.

A análise desta articulação complexa entre o sistema e os actores dá lugar a um dos mais interessantes debates no domínio da ciência social e que se situa no coração de diversas disciplinas sociais.

Nos últimos anos, em sociologia, o debate retoma Parsons e é desenvolvido por sociólogos de renome como Crozier (1977), Boudon (1979, 1982, 1984, 1989), Mendras (1983), Touraine (1984), entre outros.

Como escreve Mendras³: *"depois de um período em que os sociólogos viveram fascinados pelas tendências pesadas que atravessaram o planeta, vem um período em que eles se interessam mais pelas diversidades, pelas forças discretas presentes*

em cada segmento da sociedade. Sem se atrever a defender que não há sociologia senão dos actores individuais, esforçamo-nos para demonstrar que há maior liberdade nas rodas da engrenagem e que o resultado das forças globais é segmentário e, por vezes, contrário à expectativa".

Afastando-se de uma sociologia das "estruturas", estes autores situam a sociologia no estudo dos processos de "interacção" e de "interpenetração" entre os "sistemas pessoais" e os "sistemas sociais".

Crozier justifica o seu objecto no livro — *L'acteur et le système* — dando conta de uma não continuidade entre o actor e o sistema: "Este ensaio é, antes de mais, uma reflexão sobre as relações entre o actor e o sistema. É, com efeito, em torno da existência destes dois pólos opostos que se estrutura o raciocínio que fazemos. O actor não existe fora do sistema que lhe define a liberdade e a racionalidade que pode usar na sua acção. Mas o sistema não existe senão pelo actor, o único ente que lhe pode dar vida e mudar-lhe o sentido. É na justaposição destas duas lógicas que nascem os constrangimentos da acção organizada que o nosso trabalho põe em evidência"⁴.

Boudon⁵ retoma as mesmas interrogações quando escreve que a atenção sociológica "*propõe-se analisar as relações complexas entre a estrutura dos sistemas de interacção definidos pelas instituições sociais e as expectativas, sentimentos e acções dos agentes*".

Do mesmo modo A. Touraine defende a reconciliação do sistema com os actores: "*...Este livro (Le retour de l'acteur) crê que é possível, e necessário, definir um outro tipo de análise, no centro da qual se coloca a ideia de acção social...O essencial é que a separação crescente do actor e do sistema seja substituída pela sua interdependência, graças à ideia de sistema de acção*".⁶ Desde há muito que Touraine insistia no estudo dos "*sistemas de acção histórica*", o que implicava "*que em lugar de colocar a Sociedade na história, é preciso colocar a história na Sociedade e chamar-lhe historicidade*".

As "estruturas" que organizam os sistemas e os "modos de acção colectiva" não são dados "naturais" que aparecem espontaneamente e cuja existência iria por si como resultado automático de uma dinâmica qualquer. Também não são o fruto da soma linear das decisões individuais. As "estruturas" são sempre "provisórias e contingentes", fruto das soluções encontradas pelos actores graças a recursos e capacidades específicas e historicamente datadas.

Esta articulação entre sistema e actor é bem enunciada por Curie (1989): "*Se os homens fazem a história é a partir daquilo que a história fez deles, mesmo se é conveniente não esquecer que, segundo J. P. Sartre, são os homens e não as condições anteriores de vida que são os autores da história*"⁷.

As estruturas e as formas de acção colectiva (mais ou menos formalizadas/institucionalizadas) são "*artefactos humanos*", estruturação de um "*mínimo de organização dos campos de acção social*"⁸. Isto significa que o sistema é o resultado de "efeitos de agregação" ou de "efeitos de sistema" (Crozier, 1977) cuja lógica de funcionamento não provém directamente da racionalidade/intencionalidade dos actores individuais.

Se os resultados da acção colectiva são, frequentemente, contrários às vontades dos actores, isto não se deve à "natureza intrínseca" da acção colectiva nem aos problemas colocados pela própria acção colectiva. Deve-se "ao modo de estruturação social do campo da acção, quer dizer, às propriedades de organização e/ou aos sistemas de acção organizados, em síntese, às formas de construção dos processos de acção colectiva através dos quais estes problemas são tratados e sem os quais não poderiam existir, ou não seriam o que são"⁹.

Mas é também esta não coincidência e articulação não linear entre os "effets de système" e as decisões individuais que estão na origem de um "determinismo bem temperado" dando "lugar ao azar e à desordem"¹⁰. A incerteza instala-se na medida em que a acção colectiva é fruto de decisões de actores cujas necessidades e interesses não são idênticos e porque se age num campo de relações onde se desconhecem, em larga medida, os impactos das acções e o campo de relações (e de lógicas) dos outros actores¹¹.

A indeterminação da dinâmica dos sistemas não minimiza a importância do conhecimento do seu funcionamento, isto é, a importância de compreender as suas lógicas e racionalidades próprias, interrogando o sentido social que eles representam e a que problemas tentaram responder, bem como as dificuldades e constrangimentos que provocam. Estes "efeitos de composição" são as balizas, os constrangimentos e o quadro do funcionamento da acção colectiva e individual de hoje.

A questão metodológica mais importante é a de escapar aos perigos de reificação e de raciocínio determinista que sempre caracterizou as análises "estruturalistas".

Mas será necessário mudar de lógica de análise quando se passa ao estudo das racionalidades e decisões dos actores?

Apesar das propostas de autores como Boudon, Crozier, Touraine, esta questão está ainda sem resposta. Se de um ponto de vista teórico se pode aceitar esta lógica de interdependência, conflitual e autónoma entre o sistema e os actores, metodologicamente a questão está por responder. A capacidade de interrogar, entender e analisar, "hic et nunc", a diversidade dos actores, individuais e colectivos, cujo sistema de acção engendrou os efeitos de agregação, não é fácil. Ficam por responder inúmeras questões, epistemologicamente e teoricamente pertinentes.

Se se parte do pressuposto de que a sociedade é o "complexo efeito de agregação" de milhares de decisões individuais, como resolver o desfasamento temporal, lógico, e de poder entre estas "cristalizações/situações" anteriores ao sujeito que são o campo dos constrangimentos da sua acção de hoje?

O individualismo metodológico acentua a capacidade estratégica dos actores, sublinhando, simultaneamente, a descontinuidade entre as intenções individuais e os "efeitos de composição" delas resultantes, que dão origem a "efeitos perversos", produzindo uma sociedade contingente, em mutação não previsível. Neste sentido, actores e sistemas, mesmo se são interpenetrados, terão lógicas diferentes e, para Boudon, parece que as instituições não são controláveis pelos sujeitos da acção.

Mesmo quando Touraine defende que a consciência histórica vai de par com o crescimento da racionalidade dos actores não esclarece os mecanismos de articulação entre essa "tomada de consciência" individual ou colectiva que permite a uma sociedade assegurar a sua historicidade.

Sendo o objecto da sociologia analisar, não as acções particulares, mas os fenómenos sociais a partir da representação de acções individuais e de acções colectivas, esta passagem entre o actor e o sistema é, teórica e metodologicamente, difícil para o pensamento sociológico actual.

2.2. História e quotidiano: a autonomia relativa das práticas

Na ausência de uma "nova teoria da acção social" que integre as perspectivas e níveis de análise parece ser de aceitar uma descontinuidade articulada entre os níveis "estruturais" e "compreensivos" de observação do social. Dito de outra forma, na análise dos modos de vida estamos perante uma dualidade de análise que parece opôr, ainda hoje, "historicidade e quotidianidade" (Fritsch, 1983).

A descontinuidade dos níveis de análise advém, não apenas dos efeitos de agregação que potencialmente opõem as racionalidades da acção individual aos efeitos colectivos dessa mesma acção, mas também das desigualdades de poder que, atravessando todos os níveis do social, têm uma função de "determinação" e de hierarquização das regras de jogo do funcionamento do sistema.

Os modos de vida, tal como hoje são analisados, situam-se ao nível da vida quotidiana. Frequentemente, a análise do quotidiano, mesmo se relacionada com a História, é desvalorizada. A forma como se reduz ou se valoriza esta contradição aparente entre História e histórias individuais, e os utensílios teóricos e metodológicos que se dispõem, colocam dificuldades às ciências sociais e à sociologia em especial. Não porque se trabalhe em "terra incógnita", já que muitos autores tentaram esta articulação (Lefebvre, Chombart de Lauwe, Ferraroti, Bertaux, Certeau entre outros), mas porque a oposição entre o quotidiano e a História opera uma fractura profunda com graves efeitos na realidade social, sem que seja possível, ainda hoje, encontrar formas de ultrapassagem dos obstáculos nesta articulação.

O quotidiano envia para a esfera familiar e privada, para as actividades de lazer, práticas de consumo, etc. Os campos do económico, do político parecem excluídos deste nível de análise. No quadro desta dicotomia todos os que agem inseridos na dimensão da historicidade (da acumulação e do poder) são considerados como actores potenciais da História, inversamente os que se inserem no quotidiano (na dimensão da "reprodução") são considerados incapazes de agir, ou pelo menos de influenciar, a construção da História.

A análise urbana foi sempre extremamente sensível a esta dicotomia devido à sua inserção no domínio do "consumo". A separação entre o "consumo" e a "produção" era fruto de uma separação tradicional, quer no interior da sociologia urbana, quer entre esta e a sociologia do trabalho.

Mas a noção "modos de vida" abordava, uma vez mais, as relações aos dois níveis: a relação entre as variáveis de análise — o económico, o político, o cultural, etc., e a articulação entre os níveis de percepção do real — o "sistémico" e o "estratégico". E, dificilmente a análise dos "modos de vida" pode ignorar a hierarquia das redes de poder que estabelecem as articulações entre as diferentes "esferas" do social.

No raciocínio tradicional, as pesquisas urbanas tendiam a estabelecer relações "imediatas" entre a "mobilização da força de trabalho" e o "consumo". À força de ser utilizado, o termo "reprodução da força de trabalho" tinha perdido o seu sentido, tornando um sinal de pertença intelectual ou ideológica mais do que um modelo de análise (Coing, 1982). Mas na sua origem esta noção era entendida como o processo social pelo qual se realizava a renovação constante das capacidades — quantitativas e qualitativas — dos trabalhadores em assegurar a produção. Esta definição fazia a ligação entre as duas dimensões sociais de produção e de reprodução social.

No entanto, quando se colocava o problema da articulação entre as "estruturas" e as "práticas" estava subjacente um conceito comum em que repousavam ambas as análises: o de relação social. Sendo um dispositivo básico, as relações sociais eram o modelo explicativo que sustentava a análise das práticas concretas dos actores, mas sendo um conceito criticado, o seu conteúdo, uso e validade, estava, directamente ou não, no centro do debate.

As "relações sociais" privilegiavam como factor explicativo das práticas sociais a inserção no "mundo do trabalho" e, ao fazê-lo, articulavam, linearmente, quer a análise das "estruturas" de dominação", quer as "práticas quotidianas".

Na sociologia urbana assiste-se, nos princípios dos anos 70, a diversas tentativas de articulação mais complexa entre estes dois níveis de análise (Pinçon, 1978, 1981, Godard, 1972, 1975, 1977 e 1980).

No entanto, e como escreve Juan¹², estes dois pólos de conhecimento do social levaram a um impasse sempre que se pretendeu analisar as práticas sociais: *"a conclusão implícita é idêntica, apesar do carácter contraditório dos modelos teóricos; os modos de vida ou seriam homogeneizados devido à pertença de classe, ou demasiado múltiplos e diversificados para que se possa tentar uma classificação formal"*

Ao analisar a produção deste período encontramos duas posições de base. Uma primeira defende que não é possível encontrar, nas contradições constitutivas das relações sociais, a lógica social das práticas, dado que o campo da vida quotidiana forma um sistema específico definido por uma lógica interna de estruturação (Godard e Culturello, 1980). Uma segunda posição pretendia accionar um esquema teórico, a partir de hipóteses que permitisse integrar a vida quotidiana como momento e dimensão de uma teoria geral — a do desenvolvimento contraditório da articulação entre forças produtivas (onde o trabalho concreto e individual se inclui) e as relações de exploração (Bleitrach e Chenu, 1979).

Durante a última década, a intenção dos investigadores era a de criticar uma meta-sociologia dos processos concretos nos quais as modalidades de estruturação

social das práticas eram sempre dedutíveis, como efeitos empíricos, das relações socio-estruturais. Não se abandona, pura e simplesmente, o conceito de relação social e com ele a possibilidade de pensar na determinação social das práticas da vida quotidiana, mas o conjunto das relações sociais é marginalizado através da sua passagem ao estatuto de "condições sociais"¹³.

Estas "condições sociais" das práticas recuperam, na maioria das vezes, por análise estatística, as contradições "estruturais", não representando senão "factores sociais" já dados. O sistema de práticas desliza inevitavelmente para a defesa da sua autonomização, mesmo que sob a forma de autonomia "condicionada".

O estudo dos "modos de vida" encontra-se, assim, perante um dilema. Por um lado, a análise da vida quotidiana assume a forma de uma mediação horizontal numa lógica prática, específica e irreduzível, mas pagando o elevado custo da marginalização das contradições sociais que só intervêm no estatuto de "condições" de um sistema de práticas que tendem a autonomizar-se. Por outro lado, a análise dos modos de vida, submetendo-se à lógica da "reprodução da força de trabalho", só adquire estatuto quando derivada do campo da interiorização e expressão das condições de exploração e de classe.

Depois da crise dos modelos teóricos, e como afirma Veltz (1983), acentua-se a interconexão entre os "modos de produção" e os "modos de reprodução". No plano conceptual esta síntese tem o enorme mérito de re-introduzir o processo de trabalho e os modos de vida no coração da economia e, ao fazê-lo, torna-se necessário discutir a articulação entre as "práticas do trabalho" e da "vida fora do trabalho".

As pesquisas mais recentes sobre os modos de vida centram-se em dois aspectos fundamentais. Por um lado, a análise da relação entre as diferentes práticas quotidianas (de trabalho, de vida familiar, de consumo, de lazer, etc.) e, por outro lado, as relações que o conjunto destas práticas quotidianas estabelecem com as relações sociais mais gerais.

Embora a maioria das pesquisas não esclareçam cabalmente as articulações entre as relações de "produção e as de reprodução social", permitem detectar a extrema diversidade das formas de articulação e das metodologias de análise¹⁴.

As pesquisas feitas, quer a partir do "mundo" do trabalho, quer do "mundo" fora do trabalho, mostraram a complexidade das variáveis de "mediação" entre esses "mundos".

Pendariés (1980) sintetiza o interesse e a dificuldade desta abordagem da seguinte forma: *"O objecto e o conteúdo de uma sociologia das práticas quotidianas consiste, então, e muito precisamente, na definição da estrutura, da economia contraditória e da dialéctica original desta relação de relações sociais, quer dizer, na determinação das formas e das lógicas dos processos concretos de trabalho, pelos quais uma unidade de vida quotidiana (indivíduo ou família) elabora e transforma a convergência das determinações estruturais que focaliza num sistema de práticas ou de modos de vida específicos e irreduzíveis...A dificuldade essencial do percurso, "em duplo sentido", aqui defendido, e o seu problema central, é então o de dar conta das modalidades segundo as quais uma determinada*

*relação social ou ordem estrutural (por exemplo, e em particular, as relações de exploração-reprodução da força de trabalho) intervêm na lógica individual das práticas de um modo de vida*¹⁵.

Colocar a vida quotidiana nesta óptica integradora, e de "duplo sentido", complexifica as variáveis de análise dado que obriga não apenas a considerar a complexidade das relações entre actores e sistemas sociais, mas também a integrar no conceito de modo de vida a diversidade das redes de relações de poder que são, e fazem, a vida quotidiana. Trata-se não apenas de detectar a complexidade dos níveis e variáveis presentes mas, e sobretudo, as suas hierarquias e influências recíprocas num mundo em mudança.

2.3. O objectivo e o subjectivo: racionalidades e imaginários sociais

A noção de modo de vida, como vimos atrás, força à articulação (descoincidências e articulações entre o "actor e sistema") e à integração dos níveis de análise (articulação interna a que o próprio conceito de modos de vida é forçado). Mas, a utilização deste quadro de referências exige, ainda, a exploração de novas dimensões de análise outrora secundarizadas pela sociologia.

É, no entanto, útil relembrar que, apesar das divergências nem sempre evidentes, *"toda a teoria social tem uma concepção do indivíduo e do seu papel em relação aos outros e em relação às outras instituições sociais ou supra-individuais"*¹⁶. O "retorno do actor" traz para o centro dos debates as racionalidades e os afectos inerentes às práticas quotidianas.

À identificação da trilogia tradicional da sociologia: "práticas", "estruturas" e "representações", acrescentam-se novas dimensões como o "imaginário social", dimensão prospectiva e de ruptura com o real. Este novo percurso vai exigir a elaboração (ou re-elaboração) de novos conceitos, a maioria "transversais", que se situam na encruzilhada de diversas ciências — o conceito de identidade e de projecto, por exemplo.

A maioria destas novas dimensões e conceitos pretende articular o "objectivo" e o "subjectivo" das práticas sociais, introduzindo as "racionalidades" e os "afectos".

2.3.1. Os imaginários sociais

A actual introdução da dimensão do imaginário social no entendimento da vida quotidiana só é possível porque a análise dos modos de vida rompe com as "determinações" estruturais e introduz o actor como "produtor" do seu próprio destino e como participante de um devir colectivo.

A dimensão imaginária decorre do domínio da racionalidade da acção social situando-se ao nível das intenções onde a lógica "histórica" presente nas práticas, individuais ou colectivas, parece obedecer a parâmetros que não são apenas "objectivos" ou "subjectivos", mas que os articulam numa dimensão prospectiva.

O que distingue o imaginário das representações não é o seu carácter mais ou menos "irracional", mas a ultrapassagem do "real" para o campo das possibilidades e do desejável. É esta ultrapassagem que torna o imaginário tão transgressor, tão prospectivo e precursor da sociedade de amanhã.

A análise dos modos de vida não pode deixar de considerar *"tudo o que vale universalmente sem razão"* e que se apresenta como uma *"totalidade"* de referência, estabelecendo *"o comportamento específico do homo sapiens"*¹⁷. Trabalha-se não sobre o que está mas sobre o desejo do que deveria estar. *"Utopia experimental" "que tenta dar conta da experiência e do possível, que longe das construções abstractas e a priori, e longe da submissão ao real e ao senso comum, explora o real realizável"*¹⁸.

Apelando a dimensões, simultaneamente cognitivas e emocionais, "estruturais" e "compreensivas", o imaginário é o desenho das potencialidades do amanhã. *"O imaginário de que falo não é mais imagem de algo. Ele é a criação incessante e essencialmente indeterminada, (sócio-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais pode ser "qualquer coisa"*¹⁹.

O imaginário é, assim, qualquer coisa que se "inventa", quer se trate de uma invenção absoluta" ou de uma deslocação dos sentidos que são re-investidos de outras significações.

A importância desta dimensão na análise dos modos de vida advém do facto de que ela reflecte: a) uma tomada de posição efectiva sobre a realidade; b) uma tensão que permite descolar do "real" para a procura do amanhã (a realização do seu próprio desejo); c) o conflito potencial entre as "práticas" e as "representações do mundo" e o mundo em si mesmo para a definição de um "novo mundo"; d) a "energia" disponível para a concretização de outros (novos) projectos individuais ou colectivos.

O imaginário é, ou poderá ser, um meio eficaz de visualizar o mundo futuro porque projecta no campo do real as possibilidades: permite, assim, detectar as contradições entre o que está e o que se deseja no campo das possibilidades do amanhã²⁰. Segundo Maffesoli *"é esta contradição que produz a história"*²¹.

Nesta contradição encontra-se a "energia" disponível *"que empurra de forma motriz para o conflito com a realidade... enquanto fundamento da emancipação revolucionária do homem"*²²

Este imaginário, utópico, e frequentemente "irracional", tornado "factual" nos comportamentos sociais, é difícil de analisar e deixa escapar aquilo que o define. Como escreve Barel, *"na medida em que a realidade social está sempre cheia de potencialidades que fazem e que não fazem parte dessa realidade, parece inteligente tentar marcar os limites científicos de todos os modos de investigação sobre esta realidade"*²³

O nível do imaginário dificilmente pode ser analisado directamente, mas poderá tentar reconstruir-se a partir das suas manifestações já que ele surge como o *"fundamento da possibilidade e da unidade de tudo o que faz a singularidade do sujeito"*²⁴.

O "método da convergência" proposto por Durand²⁵ apoia-se no retorno ao "trajecto antropológico", isto é, à *"incessante troca que existe ao nível do imaginário, entre as pulsões subjectivas e assimiladoras e as intimações objectivas que emanam do meio cósmico e social"*.

A única direcção eficaz parece ser a de seguir o trajecto biográfico dos actores tentando apreender as intenções e finalidades que, nas suas sucessivas reformulações, parecem orientar as acções.

2.3.2. Racionalidades e emoções

Em todas as pesquisas sobre a vida quotidiana encontra-se a preocupação em entender o grau de consciência dos actores sobre a condução dos seus destinos, individuais ou colectivos. Dito de outra forma, pretende-se compreender o nível de "racionalidade" ou de "irracionalidade"²⁶ presente nas práticas sociais. Mas, ao nível da vida quotidiana, a racionalidade advém, simultaneamente, do facto e da emoção que o acompanha. A racionalidade é, simultaneamente, razão que decorre do objecto de conhecimento e emoção que advém do sujeito do conhecimento.

Nas propostas do individualismo metodológico de Boudon (1985) a racionalidade é sempre "negociada" porque ela é "limitada" por dois tipos de causas: as limitações que decorrem do "conhecimento das situações" e os "efeitos" não controlados que ela, frequentemente, produz.

Recusando as decisões "en état de nature", a fronteira entre "racionalidade" e "irracionalidade" é de difícil definição. É necessário, segundo Boudon, contextualizar os factores que permitem entender a racionalidade da acção social. O primeiro factor advém do facto de que *"a noção de racionalidade só pode ser definida em certas situações. Por outras palavras, a capacidade de lhe dar um sentido preciso existe em função da estrutura da situação que se considera"*²⁷.

É nesse sentido que Juan propõe a articulação entre práticas quotidianas e os níveis de estruturação da historicidade. *"A procura de um nível intermediário de estruturação das práticas só se pode fazer na articulação entre o actor e o sistema, quer dizer, na análise das relações que o actor estabelece com a situação social que é também, e sobretudo, uma relação com o seu próprio futuro"*²⁸

Esta forma de compreensão da racionalidade das decisões obriga os investigadores a penetrar no contexto de acção do actor onde a pretensa "irracionalidade" de certas decisões se torna inteligível no universo das representações, mais ou menos fundamentadas, que estão na origem das práticas quotidianas.

A questão sociologicamente mais pertinente (e mais complexa) é a de entender de que forma a lógica das acções individuais está presente na explicação dos fenómenos sociais, já que estes, decorrem das primeiras.

Em síntese, poderá dizer-se que a racionalidade prática inerente à vida quotidiana decorre de três componentes essenciais: o conhecimento, a situação e a intencionalidade.

O conhecimento diz respeito ao domínio da informação sobre o contexto da acção e dos recursos disponíveis (meios) de forma a "racionalmente" definir os fins

a atingir. A situação é, simultaneamente, a dimensão estratégica dos comportamentos e a definição dos contornos (limites) da racionalidade. A intencionalidade é o sentido (cognitivo e afectivo) que o actor atribui aos conhecimentos e às incertezas da situação. Funciona como elemento potencial de decisão resolvendo também o conflito entre conhecimento e emoção.

É neste sentido que a análise da vida quotidiana não dispensa, nem o recurso à análise do "sistema" que fornece o contexto, os recursos e o quadro de referência da acção, nem o recurso a racionalidades várias que decorrem de níveis cognitivos e emocionais "integrados" na acção.

2.4. Identidades e projectos

2.4.1. A identidade, um conceito sociológico

O conceito de identidade, tal como o conceito de projecto, é retomado recentemente na sociologia, na tentativa de integrar a diversidade das articulações e dimensões que a análise dos modos de vida está a exigir²⁹. É um conceito que pretende integrar a percepção e a acção sobre o mundo articulando, não apenas um sistema de representações e de imaginários sociais, mas também uma rede de pertenças a categorias sociais específicas. Apesar das fragilidades que este conceito ainda encerra³⁰, a sua rápida, e muito interessante, utilização nas pesquisas sociológicas tem feito "surgir" uma grande diversidade de dimensões de análise.

Nos últimos anos a sociologia utilizava o conceito de "habitus" para se dar conta da "interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade" que estaria na origem da explicação das acções dos sujeitos³¹. O conceito de "habitus", pela sua proximidade a um esquema de interpretação assaz "determinista", não oferecia a dinâmica que a recomposição sociológica do conceito de identidade poderia permitir³².

Hoje, o conceito de identidade está a ser definido na intersecção entre as diferentes "teorias" sociológicas operando a síntese entre os níveis mais interacionistas, etnometodológicos e praxiológicos. As dificuldades da sua utilização em sociologia parecem residir, em parte, na difícil distinção entre o que é construído pelo indivíduo e aquilo que ele integra como características do meio exterior. Para Zavalloni,³³ " trata-se de entender as relações funcionais entre a consciência subjectiva e a identidade (identidade pessoal) e os atributos sociais objectivos (identidade social)".

A maioria dos autores estabelece uma distinção entre a identidade individual e a identidade social (Turner, 1979; Codol, 1981; Taboada-Leonetti, 1981), considerando a primeira como "o conjunto organizado de sentimentos, representações, conhecimentos, lembranças e projectos face a si próprio"³⁴ e a segunda como "a referência privilegiada, quer à pertença a um grupo ou a uma categoria social determinada (Tajfel, 1974) quer à determinação pelo contexto de um "lugar" e de uma definição específica na estrutura social à qual se espera que pertença (Knapp, 1969; Codol, 1979)"³⁵.

Estas definições enfatizam a ambiguidade que caracteriza o conceito: a identidade é pessoal nas dimensões construídas pelo sujeito como imagem de si e é social nas identificações que o sujeito integra como dimensões de pertença social a grupos. Ora esta distinção é bem difícil de identificar nos estudos empíricos. As pesquisas actuais defrontam-se com dificuldades em ultrapassar esta distinção clássica entre o individual e o colectivo de tal forma o "ser social" se estrutura no "eu" e vice-versa³⁶.

Mas o conceito de identidade, apesar da sua indefinição, e das dificuldades de operacionalização, faz, já hoje, parte integrante do vocabulário e dos níveis de análise dos modos de vida.

2.4.2. Do imaginário ao projecto

A construção da identidade faz-se num processo dinâmico onde os sujeitos têm uma percepção da realidade e organizam os seus modos de vida num contexto balizado pelas conjunturas históricas. O processo de construção das identidades está, por definição, em constante reformulação.

É esta dimensão temporal, de continuidade, que faz com que os modos de vida sejam entendidos como um conjunto integrado de práticas articuladas a "representações do mundo" e a "imaginários sociais", que irá exigir um conceito aglutinador das lógicas estruturantes das práticas.

O conceito de "projecto" parece resultar dessa necessidade de reforçar a dimensão temporal de construção permanente de uma percepção do mundo e de clarificação do lugar no mundo de cada um. Pretende-se articular as práticas sociais, como totalidades organizadas num movimento onde se reconhece, a todos, e a cada um, o desejo de agir, em função dos seus objectivos, o que reforça, ainda, o reconhecimento da racionalidade intencional da acção humana.

Gilberto Velho³⁷ defende que o conceito de projecto permite escapar aos riscos de considerar as acções individuais como categorias residuais, fruto da soma de "acções estratégicas" dispersas. Mas ainda, segundo o autor, o conceito de projecto permite uma compreensão sociológica da acção social como um elemento decisivo de entendimento dos processos globais de transformação da sociedade, porque ele se baseia nas acções racionais dos sujeitos, com vista à concretização dos seus objectivos e controlo dos seus próprios destinos.

Ele distingue-se da ideia, ou da utopia, porque visa a sua concretização como elemento essencial.

Sendo um elemento da praxis, e estando também ele em reformulação permanente, o projecto pode ser definido como "*a intenção de uma transformação do real, guiado por uma representação do sentido dessa transformação tendo em consideração as condições reais, e animando as práticas*"³⁸.

As emoções estão ligadas aos projectos e integram-nos. "*Uma sociologia dos projectos deve ser, em larga medida, uma sociologia das emoções*"³⁹.

Poder-se-á analisar os projectos, tal como as identidades, nas suas expressões individuais ou colectivas. A possibilidade de individualização dos modos de vida no contexto da diversidade das sociedades actuais é objecto de estudo de muitos

investigadores sociais. Está sobejamente demonstrada a capacidade de decisão dos actores em todas as sociedades apesar da diferente valorização da sua individualidade e da diversidade dos constrangimentos das situações societais⁴⁰.

No entanto, os projectos são também colectivos, de grupo, de classe, de país e o entendimento dos projectos colectivos são fundamentais para a compreensão dos movimentos e mudanças sociais. "A capacidade de construir e de exprimir projectos próprios é uma forma de distinguir os grupos sociais como unidades, com integrações diferentes, porque o projecto é indispensável para a organização dos sujeitos em torno de interesses comuns"⁴¹.

As dificuldades metodológicas são imensas. Como identificar os projectos quando na sua maioria não são "racionalizados" de forma consciente e consistente, resultando "ex-post" na "justificação" de um percurso de vida? Como decompor a diversidade e complexidade das contradições potenciais entre "representações do mundo", práticas efectivas e "imaginários" a que se aspira?

Nesta perspectiva, a análise das trajectórias, não apenas no seu percurso, ritmo e direcção, mas também como expressão de um projecto em evolução, é um elemento determinante de análise.

Notas

- 1 Ver a utilização da noção de modos de vida noutras disciplinas sociais em J.P. Lacascade, 1981.
- 2 S. Juan, *Sociologie des genres de vie: morphologie culturelle et dynamique des positions sociales*, Paris, PUF, 1991, p.12.
- 3 H. Mendras e M. Forsé, *Le changement social*, Paris, Armand Colin, Collection U, 1983, p.9.
- 4 Michel Crozier et Erhard Friedberg, *L'acteur et le système: les contraintes de l'action collective*, Paris, Ed. Seuil, 1977, p.9.
- 5 Raymond Boudon, *La logique du social*, Paris, Hachette, 1979, p.28.
- 6 Alain Touraine, *Le retour de l'acteur*, Paris, Ed. Fayard, 1984, p. 31.
- 7 J. Curie, "M. Crozier ou le changement sans fins", in *Dynamiques sociales et changements personnels*, 1989, p. 121.
- 8 M. Crozier e E. Friedberg, *op. cit.*, 1977, p.14.
- 9 M. Crozier e E. Friedberg, *op. cit.*, 1977, p. 16.
- 10 Raymond Boudon, *La place du désordre*, Presses Universitaires de France, Paris, 1984, pp. 165-190.
- 11 Para Boudon a indeterminação tem duas fontes, uma objectiva outra subjectiva. A primeira advém "lorsque la nature d'un système est telle qu'elle laisse à certains au moins des acteurs inclus dans le système une autonomie telle qu'ils peuvent effectivement procéder à des choix entre des options contrastées et que les acteurs n'ont pas de préférences prévisibles par rapports à ces options". A indeterminação subjectiva resulta do facto de que as decisões dos actores "débordent à la fois les intentions des acteurs et les capacités d'anticipation des observateurs". Ver R. Boudon e F. Bourricaud, *Dictionnaire critique de sociologie*, Presses Universitaires de France, Paris, 1982, pp. 160 a 163.
- 12 Juan, S, *op. cit.*, 1991, p.12.
- 13 Ver M. Pinçon, *Besoin et Habitus*, CSU, Paris, 1978, p.81 e seguintes.
- 14 Um número variado de pesquisas com quadros de análise diversificados desenvolveram-se sobretudo no final dos anos 70. Uma análise e confronto das perspectivas de análise das práticas sociais urbanas é feita por J. P. Pendaris, "De l'indéductibilité des pratiques sociales" in *Familles Mobilisés — accession à la propriété du logement et notion d'effort des ménages*, Université de Nice, CNRS, Nice, 1980.

- 15 Pendariés, *op. cit.*, 1980, p.48.
- 16 N. Abercrombie, *Clase, estructura y conocimiento*, Ediciones Peninsula, Sociologicus, 27, 1ª edição, Barcelona, 1982, p.84.
- 17 G. Durand, *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*, Dunod, Paris, 1984.
- 18 M. Maffesoli, *La logique de la domination*, PUF, Paris, 1976, p. 20.
- 19 C. Castoriadis, *L'istitution imaginaire de la société*, 5ª ed, Ed. Seuil, Paris, 1975, p. 7.
- 20 A operacionalização deste dimensão está muito presente no conceito de "projecto" de que falaremos adiante. O "projecto" é, de alguma forma, o imaginário realizável e prospectivo, presente na estruturação da vida de hoje.
- 21 Maffesoli, M., *op. cit.*, 1976, p.51.
- 22 *Ibidem*, p.52.
- 23 Yves Barel, "La reproduction sociale: itinéraire d'une recherche", in *L'Homme et la Société*, nº24/25, 1973, p.216.
- 24 C. Castoriadis, *op. cit.*, 1975, p.200.
- 25 Durand, *op. cit.*, p., 1984 38.
- 26 Em Weber, o problema das causas e efeitos da racionalidade é um tema central na medida em que o sentido subjectivo (intenção) presente na acção é a sua justificação causal. Os diferentes tipos de racionalidade weberianos confrontam-nos com a ausência de "irracionalidade" na acção. De facto, sejam quais forem as motivações da acção, a racionalidade está sempre presente seja ela "lógica", "afectiva" ou "tradicional".
- 27 R. Boudon, *La place du désordre*, 2 ème edition, PUF, Paris, 1985, p.58.
- 28 Juan, S., *op. cit.*, 1991, p.14.
- 29 Ver a história deste conceito e os questionamentos que se colocam à sua utilização em sociologia em Taboada-Leonetti, "Identité individuelle, identité collective—problèmes posés par l'introduction du concept en sociologie. Quelques propositions théoriques à partir de trois recherches sur l'immigration", in *Informations sur les Sciences Sociales*, 20, (1) 1981, p. 137/138.
- 30 No artigo citado, Isabelle Taboada-Leonetti afirma mesmo que existe um "vazio" teórico e metodológico em torno da noção de identidade (I. Taboada-Leonetti, 1981, *op. cit.*, p. 137).
- 31 Ver em Bourdieu a definição inicial desta problemática e do conceito de "habitus". P. Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Librairie Droz, Genève, Paris, 1972.
- 32 A passagem do quadro de referência de Bourdieu para a sociologia urbana foi inicialmente realizada por Michel Pinçon (1978,1981). De forma genérica, poderá afirmar-se que esta passagem foi realizada através de uma redução da análise das "estruturas" baseada sobre as "determinações estruturais" ao estatuto de "condições sociais", o que permitiu a autonomização da análise das "práticas sociais urbanas" mas, simultaneamente, reduziu a capacidade de entender as articulações entre "actor e sistema".
- 33 M. Zavalloni, " L'identité psychosociale, un concept à la recherche d'une science" in S. Moscovici (ed.), *Introduction à la Psychologie Sociale*, Tome 2, Larousse, Paris, 1973.
- 34 J.Turner, "Towards a cognitive redefinition of the social group" citado por J. Kasterszein, *op. cit.*, 1981, p. 100.
- 35 J.Kastersztein, "Aspects psychosociaux de l'identité", in *Information sur les Sciences Sociales*, 20 (1), 1981, p. 99.
- 36 Sobre a conflitualidade e distância entre a identidade individual e social ver o artigo de Taboada-Leonetti, 1981, *op. cit.*
- 37 Gilberto Velho é um sociólogo/antropólogo brasileiro que trabalha sobre as questões urbanas há longo tempo. Ele utiliza o conceito de projecto como um conceito central na sua obra *Individualismo e Cultura*, Zahar, Rio de Janeiro, 1983.
- 38 C. Castoriadis, *op.cit.*, 1975, p. 106.
- 39 G. Velho, *op. cit.*, 1981, p. 28.
- 40 Um exemplo bem interessante da utilização do conceito de projecto, na Índia, é-nos dado por Louis Dumont, no seu livro, *Homo aequalis*, Paris, Gallimard, 1977. O autor estuda a génese da noção de sujeito como categoria dominante no contexto da complexidade do problema das "castas" locais.
- 41 Nesta frase, Velho sublinha a dimensão colectiva dos projectos, dimensão que está no centro de uma sociologia política. Gilberto Velho, *op. cit.*, 1981, p.143.

Bibliografía

- ABERCROMBIE, N., *Clase, estructura y conocimiento*, Ed. Peninsula. Barcelona, 1982.
- BAREL, Y., "La reproduction sociale: itinéraire d'une recherche", in *L'Homme et la Société*, 24/25, 1973.
- BLEITRACH, D.; CHENU, A., *L'usine et la vie — luttes régionales: Marseille et Fos*, François Maspero, Paris, 1979.
- BOUDON, R., *La logique du social*, Hachette, Paris, 1979.
- BOUDON, R., *La place du désordre*, PUF, Paris, 1984.
- BOUDON, R., (1ª ed. 1977), *Effets pervers et ordre social*, PUF, Paris, 1989.
- BOUDON, R.; BOURRICAUD, F., *Dictionnaire critique de sociologie*, PUF, Paris, 1982.
- BOURDIEU, P., *Esquisse d'une théorie de la pratique...*, Librairie Doz, Genève, Paris, 1972.
- CASTORIADIS, C., *L'institution imaginaire de la société*, 5ª ed., Ed. Seuil, Paris, 1975.
- COING, H., *La ville marché de l'emploi*, PUF, Paris, 1982.
- CROZIER M.; FRIEDBERG, E., *L'acteur et le système: les contraintes de l'action collective*, Ed. Seuil, Paris, 1977.
- CURIE, J., "M. Crozier ou le changement sans fin", in P. Malrieu (ed), *Dynamiques sociales et changements personnels*, CNRS, Paris, 1989.
- DUMONT, L., *Homo aequalis*, Gallimard, Paris, 1977.
- DURAND, G., *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*, Dunod, Paris, 1984.
- FRITSCH, P., "Le sens de l'ordinaire", Comunicação ao colóquio "Quotidieneté et Historicité", in FRITSCH (ed), CNRS, Paris, 1983.
- GODARD, F., "De la notion de besoin au concept de pratique de classe", in *La Pensée*, 166 (Dez.), pp.81/108, 1972.
- GODARD, F., "Classes sociales et modes de consommation", in *La Pensée*, 180 (Mar-Abr), pp. 140/163, 1975.
- GODARD, F., "Modes de vie et espaces sociaux", in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol.1 (3), pp.112/141, 1977.
- GODARD, F.; CULTURELLO, P., *Familles mobilisées: accession à la propriété du logement et notion d'effort des ménages*, Université de Nice/Faculté de Lettres et Sciences Humaines, Plan Construction/Ministère de l'urbanisme et du Logement, Nice, 1980.
- JUAN, S., *Sociologie des genres de vie: morphologie culturelle et dynamique des positions sociales*, PUF, Paris, 1991.
- KASTERSZTEIN, J., "Aspects psychosociaux de l'identité", in *Information sur les Sciences Sociales*, 20 (1), pp. 95/109, 1981.
- LACASCADE, J. L., "Reemergences actuelles du thème modes de vie — exposé introductif", in *Approches sociologiques des modes de vie: débats en cours*, vol. 1, pp.147/166, 1981.
- MAFFESOLI, M., *La logique de la domination*, PUF, Paris, 1976.
- MENDRAS, H.; FORSÉ, M., *Le changement social*, Armand Colin, Paris, 1983.
- PENDARIÈS, J.R., "De l'inductibilité des pratiques sociales", in *Familles mobilisées*, Université de Nice/ Faculté de Lettres et de Sciences Humaines, Plan Construction/Ministère de l'Urbanisme et du Logement, 1980.
- PINÇON, M., *Besoin et habitus*, CSU, Paris, 1978.
- PINÇON, M., *Coabiter: groupes sociaux et modes de vie dans une cité HLM*, Centre de Recherche et Construction, Paris, 1981.
- REMY, J.; VOYÉ L., *La ville et l'urbanisation*, Duculot, Paris, 1976.
- SAUNDERS, P., *Social theory and the urban question*, Hutchinson, Londres, 1981.
- TABOADA-LEONETTI, E., "Identité individuelle, identité collective — problèmes posés par l'introduction du concept en sociologie. Quelques propositions théoriques à partir de trois recherches sur l'immigration", in *Information sur les Sciences Sociales*, 20, 1 (1981), pp. 137/145, 1981.
- TAJFEL, H., "Social identity and intergroup behaviour", in *Social Science Information*, 13, pp. 65/93, 1974.
- TOURAINÉ, A., *Le retour de l'acteur — essai de sociologie*, Arthème-Fayard, Paris, 1984.
- VELHO, G., *Individualismo e cultura*, Zahar, Rio de Janeiro, 1983.

- VELTZ, P., "Fordisme, rapport salarial et complexité des pratiques sociales", in *CEP*, 23/24, Abril/Set., pp. 30/42, 1983.
- WALTON, J., "The new urban sociology", in *International Social Science Journal*, XXXIII (2), pp. 376/390, 1980.
- ZAVALLONI, M., " L'identité psychosociale: un concept à la recherche d'une science", in S. Moscovici (ed), *Introduction à la Psychologie Sociale*, Tome 2, Larousse, Paris, 1973.